

AS CIÊNCIAS SOCIAIS, OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A QUESTÃO DO GÊNERO

Maria Celia Paoli

Em um texto relativamente recente, Elizabeth Jelin se pergunta em que sentido é legítimo pensar a temática da mulher dentro da problemática dos movimentos sociais, dado que as mulheres "não constituem um grupo social em si" e sim uma categoria "transversal" a outras (serão estas existentes em si?) como "classes", "comunidades", "nações" (Jelin, 1987, p. 10). Esta transversalidade tornaria problemático o reconhecimento da participação das mulheres na vida social, não apenas na esfera privada como também na esfera pública: "De fato, a temática dos movimentos sociais praticamente não identifica o gênero de seus participantes nem se pergunta sobre o caráter que o gênero imprime à participação, às práticas coletivas, aos sentidos da ação" (Jelin, 1987, p. 11). Como, então, detectar a importância desta presença e falar sobre suas consequências?

Gostaria, aqui, de problematizar esta questão e suas possíveis respostas por um ângulo, talvez, inusitado: pela própria noção de "movimentos sociais". Ou seja, pela relação, construída nas ciências sociais, entre a noção de "movimentos sociais" como categoria enunciada unificadamente e as práticas de ação/reflexão coletivas que se fizeram aparecer como discursos diferenciados de identidades singulares, fundantes, cada uma, da representação de si mesmas como sujeitos específicos. Penso que cada uma dessas práticas coletivas, unificadas pelo pensamento sociológico como partes dos "movimentos sociais", ultrapassa, e muito, esta categorização unificada, mesmo que esta noção pretenda dar forma a um novo sentido histórico da prática política; sem dúvida esta existe, mas poderá ser ancorada em uma equivalência de sujeitos tão diversos? A dificuldade está, a meu ver, no fato de cada presença e ação coletivas reconhecíveis como portadoras destas novas práticas estarem supondo, e talvez não só hoje, *projetos cognitivos* próprios, dificilmente redutíveis a um termo proposto fora deles. Assim, a sociedade vista através das relações de gênero supõe uma forma de análise diversa daquela que fala das mulheres como um "exemplo" de um movimento social, o qual, por sua vez,

Este texto foi originalmente apresentado na mesa-redonda "A transversalidade do gênero nas ciências sociais", XIV Encontro Anual da Anpocs, 22-26 de outubro de 1990 — Ca-xambu, Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

Abramo, Laís, 1986. *O Resgate da Dignidade*, São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado.

Adomo, Sergio, 1989. *Justiça Criminal e Violência Urbana*, 12º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Ca-xambu, MG.

Alberoni, Francesco, 1981. *Movimento e Instituzione*, Bolonha, Il Mulino.

Azevedo, Celia Marinho, 1987. *Onda Negra, Medo Branco*, Rio de Janeiro, Par e Terra.

Bandeira, Lourdes e Siqueira, Deis, 1989. "Relações de Gênero nas Ciências Sociais: um percurso em (de) construção", João Pessoa, UFPb, mimeo.

Barreira, Irllys, 1987. *Refazendo a Política*, Dissertação de Doutorado, São Paulo, USP.

—, 1990. "Luttes Urbaines et Champ Politique", mimeo.

define-se como categoria "mais ampla" por se situar, exatamente, além das práticas e identidades específicas que a própria enunciação sociológica diz estarem constituindo e distinguindo estas ações, agentes e perspectivas inovadoras.

Assim, este texto procura explorar a tensão existente entre a constituição interna, identitária, de sujeitos coletivos e a linguagem sociológica que tenta matizá-los; a questão posta é a da universalidade possível a cada um de seus aportes. De que modo as relações de gênero (como as de cor, de idade, as de etnicidade) podem se universalizar nas ciências sociais? Serão matizáveis apenas em uma única articulação teórica? Ou deveriam estar presentes exatamente em sua diferença, para a análise sociológica, como categorias centrais à compreensão de todas e quaisquer relações sociais (Souza Lobo, 1987; Bandeira e Siqueira, 1989)? Reconhecer o gênero em movimentos sociais será apenas qualificável como *uma* das ações coletivas de tipo novo que conseguiram produzir efeitos sobre o sistema político-institucional, como costumam constar nos trabalhos sobre movimentos sociais? Sua implícita equivalência a outros "setores subordinados" que se rebelam pode ser entendida através de uma luta comum por um objetivo geral, a cidadania baseada na igualdade efetiva ou, ao contrário, pelo direito de sustentar, exatamente, sua diferença (Melucci, 1982)? Neste último caso, terão os cientistas sociais que analisam tais movimentos que temporalizar e espacializar sua análise, em uma compreensão do social como plural, fragmentado, instável e contingente (Laclau, 1986) ou então concebê-lo como articulações de várias racionalidades, configurando-se como conhecimento intertextual (Sousa Santos, 1989)? Creio que estas são questões importantes por colocarem em jogo não só os "movimentos sociais" como tema investido de significado político, como sobretudo por condicionarem a avaliação sociológica deste significado.

Movimentos sociais, identidade e diferença

Olhando retrospectivamente a produção sociológica dos últimos vinte anos, surpreende a força com que ela investiu em uma dupla crítica: ao seu legado científico "clássico" e às imagens do funcionamento da sociedade e de sua dinâmica, construída, depois de um século, através dele. Surpreende também o quanto esta dupla crítica aos paradigmas do conhecimento e da representação da vida social escapou do seu lugar tradicional de enunciação, como debate epistemológico, para ser formulada de dentro da cultura contemporânea e de sua crise. Assim, a crítica ao conhecimento sociológico assume como referência as significações transformadas do viver contemporâneo nas sociedades: basicamente reconhece-se uma "crise de identificação" (se é que se pode assim formular) das experiências vividas com as instituições vigentes, com o sentido de sua racionalidade, com as formas codificadas de conflito, com os artifícios de seus processos socializadores, com as regras de sua organização, com os valores partilháveis de passado e futuro. Esta referência à cultura em crise mostra que as matrizes de seu entendimento,

Bava, Silvio Caccia, 1988. "A Luta nos Bairros e a Luta Sindical", in Kowarick, Lúcio (org.), *As Lutas Sociais e a Cidade*, Paz e Terra.

Blondet, Cecília, 1987. "Muchas Vidas Construindo una Identidad: las mujeres pobladoras de um barrio limeño" in Jellin (org.), *Ciudadania e Identidad*, Unsrtd, Genebra.

Bonduki, Nabil, 1987. *Construindo Territórios de Utopia*, São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado.

Brito, Maria Noemi, 1982. "Participação Sindical Feminina", mimeo.

Cabanes, Robert, 1988. "Culture du Travail et Itinéraires Socio-professionnels: une comparaison entre ouvriers et ouvrières", *Les Cahiers*, n° 7, ORSTON (n° special Brésil).

Caldeira, Cesar, 1989. "Entidades Representativas e Poder Local: a participação institucionalizada", mimeo.

Caldeira, Teresa, 1987. "Mujeres, Cotidianidad y Política", in Jellin (org.), *Ciudadania y Identidad: mujeres en los movimientos sociales*, Genebra, Unsrtd.

Cardoso, Ruth, 1985. "Formas de Participação Popular no Brasil Contemporâneo", *Revista SEADE, São Paulo em Perspectiva*, vol. 3, 1.

Carvalho, Inaiá e Laniado, Ruthy, 1989. "Rediscutindo o Tema: movimentos sociais e democracia", mimeo.

Castells, M., 1986. *La Ciudad y Las Masas*, Madri, Alianza Editorial.

Castoriadis, C., 1982. *A Instituição Imaginária da Sociedade*, São Paulo, Paz e Terra.

—, 1990. "La Crise du Processus Identificatoire", *Connexions*, 55/1.

Chalhoub, Sidney, 1990. *Visões da Liberdade*, São Paulo, Companhia das Letras.

Comissão Pró-Índio, 1982. *Cadernos*, n° 111, São Paulo.

—, *O Índio e a Cidadania*, São Paulo, Brasiliense.

disponíveis nas ciências sociais, foram como que transbordadas: isto pode ser visto tanto na tentativa de flexibilizá-las para dar conta das novas questões (frequentemente, descaracterizando-as), como no recurso a outras abordagens e disciplinas que, no limite, localizamos territórios das questões contemporâneas fora das relações sociais de integração e conflito.

Não é difícil perceber que o ponto nodal desta crise é formado pela questão da subjetividade — ou, dito mais sociologicamente, pelo deslocamento de uma imagem de intersubjetividade formada no interior de determinações conflitivas e integradoras das relações sociais, assumidas pelos atores sociais como sentido de suas ações. São estas regras e mecanismos de funcionamento, já codificados pela teoria, que não se vê mais operarem com clareza na determinação de uma subjetividade social, como funcionando segundo as leis que, sociologicamente, as matrizeram. A formação de sujeitos (individuais e coletivos) passa por lugares inesperados e configurações inusitadas, assume uma pluralidade e uma individuação rebelde a definições e ao controle interpretativo. Auto-representa-se para alguém e para além das racionalidades e sentidos já globalmente definidos. Assim, como mostra um indignado Touraine (entre muitos outros), as questões que afetam a contemporaneidade parecem passar hoje ao largo dos instrumentos analíticos que dispomos para sua avaliação: as identidades formadas no mercado, na empresa, na política representativa, no Estado, já não passam pelo estudo dos conflitos sociais; acontecimentos como a decomposição da unidade do Leste Europeu, os dilemas da América Latina, a presença modificada de uma cultura de massa são questões que se "introduzem" na vida social mas que nem sempre são sociais, no sentido de serem plenamente definíveis por relações sociais de conflito. Caso em que nem se formam sujeitos coletivos definíveis por critérios sociológicos, nem se invoca a sociologia para explicar o que aparece em seu lugar. A organização do trabalho, exemplifica Touraine, não é mais vista hoje como baseada em um conflito entre a lógica da gestão e a lógica dos trabalhadores defendendo sua autonomia individual e coletiva, mas como um sistema baseado na circulação da informação, de modo que o trabalho tornou-se mais uma posição em um sistema de comunicação do que um princípio de autonomia e subjetividade. O mercado, outro exemplo, é visto hoje como lugar de escolhas racionais de interesse; a erotização de padrões sociais como o consumo, por exemplo, mostra a pertinência de uma abordagem psicanalista; a democracia volta a ser questão de filosofia política; a integração social é buscada no âmbito de discursos e aparatos organizados de controle. Desse modo, assim como "o vasto domínio da análise política é separado, de um só golpe, do estudo dos conflitos", não há mais o espaço social: "seja acreditando-se na implacável lógica dos sistemas ou, ao contrário, seja tentando liberar-se de tal lógica, não se formulam mais análises ou ações em termos sociais. As análises referem-se ou a regras institucionais ou a demandas propriamente individualistas. O espaço social tende a se fragmentar e desaparecer" (Touraine, 1990, pp. 10 e 17).

Parece evidente que, neste e em outros diagnósticos, trata-se menos de defender uma disciplina do que de reafirmar a centralidade de uma concep-

Cunha, Maria Clementina, 1986. *O Espelho do Mundo*, São Paulo, Paz e Terra.

Doimo, A.M. et alii, 1986. "Os Movimentos Sociais: teoria e prática", *Ciências Sociais Hoje*, Anpocs/Cortez.

Evers, Tilman, 1984. "Identidade: a face oculta dos movimentos sociais", *Novos Estudos Cebrap*, vol. 2, nº 4.

Falcão, J., 1987. "Justiça Social e Justiça Legal: conflito de propriedade no Recife", in Sousa Jr., 1987.

Faria, J.E., 1989. *Direito e Justiça*, SP, Atica.

Feijó e Gogna, 1987. "Las Mujeres en la Transición a la Democracia", in Jellin (org.), *Ciudadanía y Identidad: las mujeres en los movimientos sociales*, Ginebra, Unisid.

Fischer, Rosa Maria e Fleury, Maria Tereza, 1985. *Processos e Relações de Trabalho*. São Paulo, Atlas.

Frank, Gunder e Fuentes, Marta, 1989. "Dez Teses acerca dos Movimentos Sociais", *Lua Nova*, nº 17.

Galvez e Idaro, 1987. "Chile: mujer y sindicato", in Jellin, E. (org.), *Ciudadanía y Identidad: las mujeres en los movimientos sociales*, Ginebra, Unisid.

Gitahi et alii, 1982. "Workers Struggles and Working Women Struggles in São Bernardo do Campo", mimeo.

Heller, Agnes e Feher, F., 1988. *The Postmodern Political Condition*, Cambridge, Polity Press.

Hirata, Helena (coord.), 1988. *Seminário Interdisciplinar Padrões Tecnológicos e Políticas de Gestão — Processos de Trabalho na Indústria Brasileira*, USP/Unicamp.

—, 1984. "Division Sexuelle du Travail et Rôle de l'Etat: l'exemple brésilien", *Critiques de l'Economie Politique*, nº 17, sep.-déc.

Humphrey, John, 1982. *Capitalist Control and Workers Struggle in the Brazilian Auto Industry*, Princeton, NY, Princeton University Press.

ção do mundo na qual sujeitos, ações e interações possam determinar-se por relações sociais material e simbolicamente matrízaveis, ou seja, passíveis de conhecimento externo ao seu acontecer fragmentado em contextos históricos específicos. O problema é que o(s) sujeito(s) que a cultura contemporânea encena é outro: é um que reivindica o sentido de suas experiências tal como as vivencia em práticas específicas de atribuição de significado; está disposto a assumir o seu próprio descentramento, o localismo do espaço onde atua, o caráter imediato de sua ação; em uma palavra, como já foi apontado, sujeitos auto-referenciados e auto-instituintes de seu mundo, de suas diferenças e similitudes, de suas identidades e alteridades (Heller e Feher, 1988, I; Sennet, 1982).

Na produção sociológica, a tentativa de enfrentar esta novidade foi feita, particularmente, na pesquisa que visa compreender os movimentos sociais. Foi ela que, estudando movimentos diversos quase pontualmente ao seu aparecimento, registrou as ações coletivas que se fundam com identidades diversas; mostrou a pluralidade de opressões e projetos na trama do social, visível apenas através destas identidades; sinalizou a recodificação dos lugares, do tempo e do sentido da política e das próprias noções de conflito, igualdade, participação e coletividade. Foi nestas pesquisas que se mostraram a heterogeneidade, a fragmentação e a individuação com que se agenciam coletivamente as identidades e, portanto, foi nestas pesquisas que se esboçou o questionamento das operações sociológicas para designar e homogeneizar estas ações e seus agentes, com unidade suficiente para fundá-los como objeto unificado. As dificuldades para lidar com uma interpretação unitária destes movimentos ficam mais claras ainda quando se percebe, ao longo destes anos, a proximidade da pesquisa com o acontecer histórico das ações coletivas "de novo tipo". Como estas foram aparecendo em contextos variados, de modo descontínuo e localizado mas, ao mesmo tempo, abertas à leitura por "outros códigos" (Melucci, 1984), interrogá-las também foi uma prática temporal e fragmentada, sem certezas além daquela que as reconhecia como recriando a possibilidade de participação democrática (para o Brasil, cf. Sader, 1988; Telles, 1984; Singer e Brant, 1980; Abramo, 1986; Bava, 1988; Bonduki, 1987; Barreira, 1987; Kowarick, 1988; Warren e Krishke, 1987; entre muitos outros).

Hoje o tema aparece, talvez, sob outra perspectiva. De um lado, admite-se, como Carvalho e Laniado apontam, que "os movimentos sociais entraram, aparentemente, numa fase de 'baixa' tanto como fenômeno político como enquanto tema acadêmico de prestígio na área das ciências sociais, não sendo poucos os que passaram a enfatizar seus limites ou até mesmo sua inviabilidade" (Carvalho e Laniado, 1989, p. 2). Na mesma direção parece correr boa parte do pensamento europeu, pessimista com a possibilidade da existência real de sujeitos autônomos, capazes de ação coletiva democrática (Castoriadis, 1990); ou constatando a idéia de que o conflito social com impacto político praticamente se desvanece neste final de século (Touraine, 1990); ou que a extensão da cidadania e da participação, bem como da capacidade adquirida, pelos indivíduos, de definir as

Jacobi, P. e Nunes, E., 1981. "Movimentos por Melhores condições de Saúde — zona leste de São Paulo", mimeo.

Jacobi, Pedro, 1989. *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*, São Paulo, Cortez.

Jelin, E. e Calderón, F., 1987. "Classes Sociais e Movimentos Sociais na América Latina", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 5, vol. 2.

Jelin, Elizabeth (org.), 1987. *Cidade y identidad: las mujeres en los movimientos sociales*, Ginebra, Unsrud.

Kowarick, Lúcio (org.), 1988. *As Lutas Sociais e a Cidade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

—, 1988. "Movimentos Urbanos no Brasil Contemporâneo", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 1, n°3.

Krishke, P., "Dilemas e Alternativas Democráticas nos Movimentos de Bairro: o caso dos loteamentos clandestinos em S. Paulo", mimeo.

Laclau, Ernesto, 1986. "Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 1, n° 2.

Machado da Silva, B.A. e Riberio, A.C., 1984. "Paradigma e Movimento Social: por onde andam nossas idéias?", mimeo.

Martins, José de Souza, 1981. *Os Camponeses e a Política no Brasil*, Petrópolis, Vozes.

Melucci, Alberto, 1982. *L'invenzione del Presente: movimenti, identità, bisogni individuali*, Bolonha, Il Mulino.

—, 1984. *Altri Codici*, Bolonha, Il Mulino.

—, 1990. *Paradoxes of Post-Industrial Democracy: everyday life and social movements*, International Congress of Sociology, Madrid 9-13 July.

Muçouçah, Paulo Sergio, 1988. *Movimentos Sociais, Instituição e Democracia: a participação popular na constituinte*, mimeo.

condições de suas experiências individuais e pessoais traz dilemas cada vez maiores para a governabilidade em sistemas complexos (Melucci, 1990). Por outro lado, os estudos brasileiros sobre cada uma das ações e situações coletivas incorporadas neste imenso guarda-chuva da noção de movimentos sociais parece mostrar uma vitalidade bem maior. Os estudos sobre os movimentos de trabalhadores organizados nos seus locais de trabalho (originalmente saudados como ações que libertavam os trabalhadores, simultaneamente, da metafísica teórica suposta em sua ação como sujeitos revolucionários e da sua dependência dos partidos políticos e do Estado) diversificaram-se e produziram análises mais discriminadas como resultado da própria trajetória dos trabalhadores, durante a década de 80, em comissões de fábrica, na resistência ao disciplinamento e despotismo fabril e nas questões de representação e negociação de diferentes condições operárias. Estas experiências operárias, entendidas hoje como luta por direitos que apontam "para um aumento de controle sobre as condições de trabalho e contra o autoritarismo" (Rodrigues, 1990), implicaram um forte impulso para a pesquisa em conhecer diferentes modos e lógicas de ruptura da condição operária, diferentes modos e lógicas de o capital usar e gerir os trabalhos inscritos nos processos tecnológicos, nas hierarquias salariais e profissionais e nas exigências de produtividade (Fischer e Fleury, 1985; Hirata *et alii*, 1988; Cabanes, 1987; Humphrey, 1982; Hirata, 1984). Os estudos sobre movimentos sociais urbanos — os que mais se confundiram com a própria designação "movimentos sociais" e que agrupavam reivindicações originárias do local de moradia, postas como reivindicação de direitos sociais (Cardoso, 1985; Kowarick, 1988) — reúnem não obstante experiências tão díspares quanto o são a luta pela habitação e pela terra urbana (Bonduki, 1987; Barreira, 1987 e 1990; Evers, 1984; Krishke; Castells, 1986), por condições de saúde (Jacobi, 1989), por transporte (Silva, 1984; Bava, 1981; Doimo, 1986), por educação (Sposito, 1982). Não apenas foram estes os movimentos nos quais mais se investiu em termos do seu possível novo papel nos rumos da transição democrática — e, como consequência, geraram toda uma discussão onde noções como "pacto", "ação coletiva", "hegemonia", "projeto", "sujeito" e outras foram refinadas —, como também geraram pesquisas regionalizadas e especificadas que acabaram revelando vários outros universos de significados para além do estrito interesse entre movimentos e partidos, movimentos e Estado (Carvalho e Laniado, 1988; Barreira, 1987). Estes desdobramentos podem hoje ser vistos, por exemplo, na rica tematização do espaço jurídico, onde se articula a construção legal e legítima dos novos direitos, dando outro significado ao espaço da lei e da justiça como espaços de construção de cidadania negociada, coletiva e plural (Caldeira, 1989; Panizzi, 1989; Falcão, 1987; Faria, 1989; Sousa Jr., 1987; Sousa Santos, 1982, 1983, 1977, s/d). Nesta linha estão também os estudos sobre o impacto dos diversos movimentos sociais no processo constituinte (Muçouçah, 1988) e nas novas constituições municipais (Silva, 1990).

Esta "lista" da vitalidade dos estudos sobre diferentes ações e agentes coletivos poderia continuar com a recente redescoberta sociológica e histo-

Offe, Claus, 1984. "Partido Competitivo e Identidade Política Coletiva" in *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

——, 1983. *New Social Movements as a Meta-Political Challenge*, mimeo.

Oliveira, Eleonora M. (org.), 1987. *Mulheres: da domesticidade à cidadania*, CNDM.

Panizzi, Wra Maria, 1989. "Entre a cidade e o Estado: a propriedade e seus direitos", *Espaço & Debate*, 26, ano IX.

Paoli, Maria Celia e Sader, Eder, 1986. "Sobre Classes Populares no Pensamento Sociológico", in Cardoso, Ruth (org.), *A Aventura Antropológica*, Brasiliense, 1986.

Pinheiro, Paulo Sérgio, 1984. *Crime, Violência e Poder*, São Paulo, Brasiliense.

Rodrigues, Iram J., 1990. *Comissão de Fábrica e Trabalhadores na Indústria*, São Paulo, Cortez/FASE.

Sader, Eder, 1988. *Quando Novos Personagens Entram em Cena*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Schwarz, Lilian Moritz, 1987. *Retrato em Branco e Negro*, São Paulo, Companhia das Letras.

Scott, Joan, 1986. "Gender: a useful category of historical analysis", *American Historical Review*, 91, Dec.

——, 1988. "Deconstructing Equality-versus-Difference or the Uses of Poststructuralism Theory for Feminism", *Feminist Studies*, 14, 1.

Sennet, Richard, 1982. *La Autoridad*, Madrid, Alianza Editorial.

Silva, Ana Amélia, 1984. "Quebra-quebra de Trens de Subúrbio: dimensão política da opressão", *Espaços & Debate*, 10.

——, 1990. "A Luta pelos Direitos Urbanos em São Paulo: novas representações da cidade e da cidadania", mimeo.

Singer, Paul e Brant, Vinícius (orgs.), 1980. *São Paulo, o Povo em Movimento*, Petrópolis, Vozes.

riográfica sobre o negro, onde se discute em outros termos a herança escravocrata, o racismo, a sua imagem e lugar na sociedade (Schwarcz, 1987; Azevedo, 1987; Chalhoub, 1990), os quais, de modo indireto, relacionam-se e são relacionados pelos movimentos negros em seu debate sobre identidade e alteridade. Também a antropologia revitalizou-se com a redefinição da luta das nações indígenas (e sua associação com os povos da floresta), cujo centro é o direito a ocupar um tempo e um espaço culturalmente informado em suas próprias experiências simbólicas e materiais (Comissão Pró-Índio, 1982). Do mesmo modo, a luta dos trabalhadores rurais e camponeses reinaugurou o que se conhece por "sociologia rural", que ampliou a sua tradicional obsessão em descobrir a "lógica do capital" e os modos de funcionamento da renda da terra para pensar as formações de subjetividades sociais e simbólicas que se formam na verdadeira guerra civil do campo brasileiro (Martins, 1981). Os movimentos por direitos humanos pluralizaram sua temática ao visualizar inúmeras situações de violência que virtualmente constituem a experiência de sociabilidade no Brasil, e estudos tentam dar conta das tradições e operações dos estigmas que naturalizam a violência como parte da própria cultura política e interativa desta sociedade: crianças, loucos, pobres, mulheres, profissões mal vistas; a violência na vida privada e na vida pública (Pinheiro, 1984; Adorno, 1989; Cunha, 1986). Enfim, a riqueza destas abordagens, direta ou indiretamente nascidas das práticas e identidades coletivas, em movimento — e não de uma teoria ou de uma idéia reguladora —, é particularmente forte nos estudos e no debate das mulheres sobre si mesmas e suas diferenças, sobre os quais falaremos adiante.

Estes dois modos de conhecer e de avaliar o que são e o que foram os movimentos sociais, seu impacto sobre a política e sobre os investimentos interpretativos colocados em sua(s) dinâmica(s), apontam para distintas concepções a respeito da relação teoria e prática e de ambas com o quadro comum de representações da sociedade onde operam. O discurso que avalia a idéia global de movimentos sociais, em sua ascensão e queda (relativa), busca a formulação de uma "teoria dos movimentos" ou, em outros termos, de uma (nova) teoria da ação na qual os movimentos sociais diversos possam alocar-se como "objeto dotado de sentido" — sem a qual sua interpretação se perderia de novo, como encarnações de uma essência ou efeito secundário de uma estrutura (Melucci, 1982). Trata-se então de buscar uma teoria da ação que fundamente "a especificidade e a autonomia do agir social coletivo" (Melucci, 1982) ou que encontre correspondências entre sua realização modificada e a crise atual do capitalismo, no fundo sem que se necessite realmente de novos modelos políticos (Offe, 1983). Entre estas duas posições, há várias outras, mas o que se quer ressaltar aqui é o procedimento que constrói um objeto ("movimentos sociais", "ação coletiva") para além do seu acontecimento e/ou de sua forma sensível, para além de sua diversidade, em uma articulação ou totalização cujos limites, afinal, possam harmonizar-se com o próprio conhecimento sociológico. Por sua vez, os discursos que se desenvolvem a partir das próprias identidades de cada agir coletivo desenvolvem uma

Sousa Jr., org., 1987. *O Direito Achado na Rua*, Brasília, UnB.

Sousa Santos, Boaventura, 1977. "The Law of the Oppressed", *Law and Society Review*, vol. 2, nº 1.

—, 1982. *Law State and Urban Struggle in Recife*, Brasil, mimeo.

—, 1983. "Os Conflitos Urbanos na Transição Pós-moderna", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 11.

—, 1988. "O Social e o Político na Transição Pós-moderna", *Revista de Comunicação e Linguagens*, 67.

—, 1989. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Rio de Janeiro, Graal.

—, s/d. *A Participação Popular na Administração da Justiça*, Lisboa, Horizonte.

Souza Lobo, Elizabeth et alii, 1987. "A Prática Invisível das Operárias", in *O Sexo do Trabalho*, São Paulo, Brasiliense.

Sposito, M., 1982. *Ensino, Política Populista e Movimentos Sociais*, Dissertação de Mestrado, USP.

Telles, Vera da Silva, 1984. *A Experiência do Autoritarismo e Práticas Instituintes: os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70*, São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado.

—, 1990. "Espaço Público e Espaço Privado na Constituição do Social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt", *Tempo Social*, vol. 2, nº 1.

Thompson, Dorothy (org.), 1983. *Over our Dead Bodies*, Londres, Virago.

Touraine, Alain, 1990. *Beyond Social Movements*, International Congress of Sociology, Madri, 9-13, July.

Warren, Ilse e Krishke, Paulo (orgs.), 1987. *Uma Revolução no Cotidiano*, São Paulo, Brasiliense.

reflexão que busca o sentido das práticas observadas ancorado na conceituação dos próprios sujeitos; pressupõem uma atividade de interpretação simultaneamente como discurso participante da opinião e *doação* e discurso crítico *sobre* a ação, de modo que o mundo múltiplo, sua disparidade e conflitividade, apareça como campo prático onde as ciências sociais pretendem exercer sua interpretação e sua crítica¹. Ambas as abordagens podem não ser, necessariamente, conflitivas, mas implicam diferentes percepções dos movimentos e da visão de sociedade e de história que cada um deles encena.

É à luz desta questão que proponho analisar a categoria *relações de gênero*, expondo-a, de um lado, quando ela aparece especificando *um* dos agires coletivos que constituem os "novos movimentos sociais" — e, portanto, dotado de alguma atribuição de equivalência com outros agires; e, de outro lado, quando aparece como categoria interpretativa cuja abordagem é sem equivalentes, desvendando a sociedade por um olhar irredutível a outros, em termos do sentido da diferença que encena.

(1) Estas reflexões se inspiram em Hannah Arendt, "Verdade e Política", em *Entre o Passado e o Futuro*, São Paulo, Perspectiva, 1972, e A. Heller, 1988.

O gênero em uma teoria da ação coletiva

Em que sentido está sendo elaborada uma (nova) teoria da ação coletiva que dê conta, analiticamente, do objeto "movimentos sociais"? Uma leitura (não exaustiva) da literatura disponível que tenta fazê-lo, em variadas orientações teóricas e epistemológicas, mostra a dificuldade em construir tal teoria, seja como modelo que contenha as características definidoras desta ação coletiva, seja como atribuição de funções e estrutura a estas características, seja até mesmo como tipo médio orientador da observação, construído pela comparação dos traços "mais comuns" dos diferentes movimentos sociais de novo tipo. Pois o fato de estes terem aparecido para a interpretação em sua temporalidade; de terem sido, desde o início, investidos de um papel fundamental nos processos sociais contemporâneos; e, sobretudo, de terem surgido no campo de um debate político e teórico e portanto já carregados de sentido por aqueles que são seus agentes e seus intérpretes — propõe uma dificuldade persistente: como diluir os discursos específicos de identidade desses movimentos para se chegar a uma teoria geral, com delimitada coerência e objetividade suficientes para fundar um campo de análise que fala, exatamente, das especificidades e indeterminações dessas ações coletivas (afinal, não é isto que lhes deu o atributo de "novos" movimentos sociais)? Parece-me que a única saída que os autores encontraram para superar aquilo que os aborrece no tema — a falta de uma abordagem unificada, a falta de uma unidade temática, a falta de uma "lógica de análise", a falta de elementos definidores deste tipo de ação coletiva que limitem o significado que possuem e, sobretudo, o caráter conjuntural, "temporário", desta ação que, a seus olhos, impede a universalização e a predição de um fim para esta ação — foi a de tornar cada ação coletiva e seus agentes em características comutáveis, com congruência o suficiente para imprimir-lhes uma lógica objetiva. Assim,

"cada um" dos movimentos sociais de tipo novo adquire um caráter de exemplaridade da teoria geral, ou seja, das características que o intérprete escolhe para unificar o referente da ação coletiva.

Quais são as características que constroem este referente para os movimentos sociais diversos — a partir do qual seu caráter de "novos", sua gênese e seus efeitos podem ser sociologicamente pensados? Os autores consultados² concentram-se, principalmente, em definir as características e propriedades dos sujeitos a partir do seu tipo de ação e conflito (e não na ordem contrária) para, em seguida, tentar explicar sua gênese e seus efeitos. Na verdade, sujeitos, ação e conflito são definidos pela mesma operação, pois, uma vez retirada sua especificidade para se concentrar nos mecanismos de sua formação, todos os novos movimentos sociais se referenciam ao fato de terem uma *identidade* auto-definida na ação e no conflito que seus participantes coletivamente empreendem. Desse modo, todos os autores aceitam esta autodefinição dos agentes, o seu "nós" como identidade interna ao coletivo que os opõe a "outros" externos (definidos também no interior do coletivo). Aceitar a *autonomia* auto-instituída de identidade — sem poder passá-la para suas determinações (de modo a poder privilegiar a análise destas) — é aceitar o discurso dos sujeitos e de seu sistema de delimitação de mundo, no qual eles se reconhecem e são reconhecidos (Muçouçah, 1988). Para alguns autores, esta identidade é o que constitui, simultaneamente, a característica fundante do conflito e do objeto da ação: os agentes defenderiam, buscariam e reivindicariam esta identidade, objetivando todo o tempo o reconhecimento de si mesmos, em seus próprios termos, pelos outros (Melucci, 1982 e 1984). De modo um pouco diverso, outros autores aceitam esta idéia da luta como sendo fundamentalmente simbólica e auto-referenciada em seus termos, um conflito "metapolítico" (Offe, 1983), "atores não representáveis" (Touraine, 1990), atores que reagem à "privação de identidade" (Frank e Fuentes, 1989); atores que mostram "posições de sujeito articuladas discursivamente" (Laclau, 1986). O gênero aparece aí como um dos exemplos: "a ação destes movimentos [...] se faz pela mobilização de recursos políticos em um campo de recrutamento delimitado por critérios particularistas (o jovem, a mulher etc.)" [difícil descobrir o movimento dos "etc." — MCP] (Offe, 1984); ou: "[...] lutam pela proteção da identidade, da dignidade e pelo tratamento equânime de grupos subprivilegiados tais como os definidos pelo gênero, idade, raça, linguagem e região" (Offe, 1983); "Os movimentos ecológicos, pela paz e de mulheres parecem responder à mesma privação e impotência gerada pela crise e buscam limitá-la ou se sobrepor a ela, de forma defensiva" (Frank e Fuentes, 1989); "O movimento das mulheres fornece um bom exemplo [...]. O direito de ser reconhecido como diferente é uma das mais profundas necessidades na sociedade pós-industrial ou pós-material" (Melucci, 1984).

A mesma condição de exemplo ilustrativo de um subtipo de movimento social, junto com outros do "mesmo tipo", aparece para as mulheres quando a teoria ilustra a *gênese* dos novos movimentos sociais, que costuma ser a mesma para todos os movimentos, dado que se trata de explicar o

(2) Francisco Alberoni, Tilman Evers, Gunder Frank, Alberto Melucci, Claus Offe, Elizabeth Jelin. Ver Referências. Agradeço a Paulo Sérgio Muçouçah a indicação destes livros e a discussão sobre o tema.

mecanismo social global que gerou estas novas formas de ação — portanto, enunciados com um alto grau de generalidade e abstração. Para Melucci, sendo os movimentos sociais ações que transbordam os limites de compatibilidade dos sistemas de referência nos quais se situam, a sua gênese revela as contradições que pertencem especificamente às sociedades pós-industriais, ou seja, as contradições entre a individualização operada pelos próprios sistemas (altamente diferenciados) e a necessidade de integrar, controlar e manipular esta própria autonomia dos indivíduos que ele cria. Assim, a esfera de ação dos novos conflitos sociais é criada pelo sistema e por suas exigências contraditórias e isso explica por que os novos conflitos apareceram nas áreas do sistema que estão ligadas aos investimentos informacionais e simbólicos e expostas às pressões maiores pela conformidade, envolvendo portanto os grupos sociais mais diretamente afetados por estes processos (Melucci, 1990). Entre eles, as mulheres. Para Offe, os movimentos são produtos da própria lógica interna da representação política instituída, que cria um potencial não integrável de exigências políticas identitárias, o que leva à formação de movimentos que tentam fazer "coincidir as manifestações políticas da vontade com os horizontes da experiência vivida" (Offe, 1984, p. 303). Entre eles, as mulheres. Para Laclau, a burocratização da vida social e a mercantilização das sociedades industriais avançadas abrem rupturas, nas quais se instalam antagonismos específicos que politizam áreas específicas de relações sociais. Entre eles, as mulheres (Laclau, 1986). Para sociedades do tipo da América Latina, a gênese dos movimentos é quase sempre ligada às experiências de repressão, desmobilização e privatização da vida social e política produzidas pelas ditaduras, cujo processo de liberalização abriu pontos de ruptura ocupadas por reivindicações populares. Estas, embora lutassem contra sua pauperização e exclusão, adquiriram sobretudo um caráter antiautoritário, gerando, por diferentes caminhos, movimentos sociais antagônicos ao Estado e à política institucional (Telles, 1984; Telles, 1990; Sader, 1988). Aqui, reconhece-se que as mulheres protagonizaram alguns deles como extensão de seus tradicionais papéis femininos, o que lhes conferiu, entre outras, a característica de um "apoliticismo explícito" (Jelin e Calderón, 1987) ou, de forma implícita, uma politização que não comportava participação institucional na racionalidade política (Sader, 1988). Nestas avaliações, parece estar funcionando plenamente o parâmetro, apontado por Evers em 1984, do poder e da transformação política como centrais à percepção do caráter dos movimentos sociais latino-americanos (Evers, 1984). Os temas pelos quais as mulheres se mobilizaram foram ou são respostas pontuais "à crise, ao subconsumo, ao desemprego" (Jelin e Calderón, 1987).

Quanto aos *efeitos* da presença dos novos movimentos sociais sobre a sociedade, a cultura e a política, opera-se uma mudança da posição das mulheres e de suas lutas nos textos consultados: frequentemente, elas passam a ser o paradigma mais claro de uma nova representação de sociedade e política a que todos os movimentos apontam, deslocando os critérios analíticos mais tradicionais para matizar a ação coletiva. Assim, quando Melucci se refere à importância da questão da identidade, como questão central e

criadora de uma nova articulação entre os "níveis estruturais" e o funcionamento de "sistemas de ação específicos", o faz com estas palavras: "'O pessoal é político' não foi apenas um *slogan* com forte poder evocativo, que percorreu os movimentos. Exprime propriamente a novidade da articulação entre o nível motivacional e o nível estrutural de ação coletiva, dos percursos individuais e da solidariedade. A análise dos processos através dos quais a identidade coletiva se constitui e se mantém parece portanto uma passagem necessária que pode iluminar o sentido de muitos dos fenômenos contemporâneos" (Melucci, 1984, p. 21). Touraine, ao se referir à ruptura que os movimentos sociais estabelecem entre a esfera social, "tornada crescentemente moral", e a esfera do Estado e da ação estritamente política, pergunta-se por onde se integram os diferentes movimentos; se esta integração existe, é através "de uma orientação comum entre diferentes movimentos", na qual "o papel preponderante das mulheres deve ser enfatizado na medida em que elas se recusam a separar ou opor a igualdade de oportunidade das suas especificidades bioculturais" (Touraine, 1990). Offe admite que a continuidade dos movimentos, sempre problemática, acha uma solução no feminismo: em vez de construir sua própria estrutura organizativa, o feminismo usou espaços públicos não-políticos e modos de comunicação para assegurar sua coerência e continuidade, particularmente a arte e a ciência (Offe, 1983). E das "dez teses" que Frank defendeu para se compreenderem os movimentos sociais, sete são ilustradas, paradigmaticamente, pela participação das mulheres (Frank e Fuentes, 1989).

No fundo, parece que os autores que pensam na construção de uma teoria da ação passível de fornecer categorias analíticas para a análise dos movimentos sociais estão pensando, de modo paradigmático, na participação das mulheres: seja como presença em movimentos urbanos, ecológicos, por direitos humanos, por direitos sociais, seja no próprio movimento feminista. Pois desde que a questão da identidade e da diferença, estabelecida pelos próprios sujeitos, se tornou central nesta teoria, a ação das mulheres fornece o referente mais visível de quanto é difícil reduzi-la a respostas diferentes a situações idênticas de classe, de função, de papéis sociais; e esta recusa da ação e da reflexão das mulheres em serem dissolvidas em outras categorias, *a priori* fixadas como mais abrangentes, representa também a maior dificuldade para esta nova teoria da ação coletiva. Pois se de um lado é frequente os autores recorrerem ao movimento das mulheres para mostrar, paradigmaticamente, pontos de identificação comuns a todos os movimentos — tais como a forma de organização horizontal e descentralizada das práticas políticas, a valorização das experiências cotidianas e privadas, a reconceituação do mundo privado e do mundo público, o deslocamento dos lugares e dos tempos da política, a reconceituação do que vem a ser participação e representação —, de outro lado é preciso anular o tempo e o lugar onde estas categorias se corporificam e adquirem vida, para poder se construir um modelo de ação, de seus agentes e de sua dinâmica. Pois o que os movimentos sociais indicam é que a mudança social e política (inclusive as distinções tradicionais entre Estado e sociedade civil, a unidade e homogeneidade de

interesses sociais) tornou-se complexa o suficiente para resistir a um matriciamento de sua diversidade; os chamados "sistemas de ação" nunca mudam ao mesmo tempo nem do mesmo modo, e incluem em seu campo de identidade tanto opções inéditas quanto opções já julgadas ultrapassadas³; revivem em outras formas quando se pensa que já morreram, produzem constantemente novas diferenciações, revelam novas dimensões de poder e de silêncio.

Como a própria tentativa de uma nova teoria da ação admite, a especificidade das práticas e identidades das pessoas que, coletivizando-se, expressam sua experiência de mundo como ação e sociabilidade política são constitutivas de sua formação como sujeitos; seus temas, suas oposições e conceituações, seus tempos e seus lugares encenam, a cada vez, sua presença. Em outros termos, o regresso do sujeito/ator (como autônomo e auto-instituente do significado de sua ação) no horizonte interpretativo das ciências sociais traz consigo a capacidade singular de revelar o mundo a partir de suas perspectivas. Talvez não por acaso a grande maioria dos cientistas sociais que trabalham com o tema "movimentos sociais" faça algo parecido a estudos de caso, ou seja, conte uma história; e os que tentam enunciar o tema para além de um "caso" contam histórias sucessivas. O que, é claro, está longe de ser pouco: como alguém que assiste, envolvido, a uma peça teatral, o sociólogo escuta muitas vozes e constrói seus parâmetros de julgamento e análise. Mas como ficar no ponto médio entre estas escutas múltiplas ou, o que talvez seja mais impossível, sintetizá-las fora daquilo que elas encenam sem esvaziar seu sentido? Pois, não custa repetir, cada uma das identidades que agem coletivamente revela-se simultaneamente como um "movimento" e um projeto cognitivo, de modo que sua articulação em uma mesma sociedade não parece mais vir de uma representação objetiva desta (já essencialmente construída), mas sim de esta sociedade poder ser visível, e conhecida, a partir de perspectivas específicas que a constituem como sentidos em conflito e, portanto, abertos e mutáveis.

Gênero e movimentos sociais

Perspectivas específicas parecem revelar-se, portanto, como passíveis de universalidade, e podem falar dos movimentos sociais e da própria sociedade de modo mais adequado, analiticamente inclusive, do que uma teoria dos movimentos sociais. Quando a perspectiva das relações de gênero se articula na análise dos movimentos sociais, ela na verdade articula-se com outras identidades que operam na constituição da ação coletiva. E sua perspectiva se amplia ao tomar estas outras identidades como interfaces através das quais estão operando as diferenças de gênero. Desse modo, ao interagir com outros lugares cognitivos, o gênero transcende seu contexto de origem sem se dissolver como modo de conhecimento das relações e da ação social. Tudo depende de como as identidades postas nos movimentos estão operando estas relações.

Assim, ao contrário de um pensamento que toma o fazer e o operar das relações de gênero como um sinônimo do movimento das mulheres, e deste um exemplo ou um paradigma de algo fora de seu espaço e de seu tempo; e também ao contrário de uma figura essencializada em categorias fixas que, como têm alertado vários escritos feministas, embora "denunciem" a opressão feminina, acabam por re-naturalizar um lugar cristalizado para as mulheres, a noção de relações de gênero aponta, como mostra Scott, para construções mutáveis de significado (Scott, 1986 e 1988). Isto implica três coisas importantes: primeiro, que embora os significados constituintes das diferenças de gênero possam estar funcionando "todo o tempo" eles são atravessados por outros discursos: discursos de outras identidades e discursos cristalizados da repetição, das tradições, dos estereótipos, todos postos em operação em contextos específicos. O que supõe que aquilo que constitui a operação analítica específica comandada pelas relações de gênero — o desintrincar das diferenças que se inscrevem simultaneamente na natureza, na cultura e na história como discursos — possa ser desvendado sempre do mesmo modo. Segundo, isto implica que o gênero nem sempre é uma identidade fundante de um sujeito e de sua ação, podendo estar, ou não, presente como significado assumido centralmente. Não é necessário que mulheres (e homens) participantes de movimentos sociais concebam sua ação sob esta perspectiva, e esta pode estar diluída em outro discurso estruturador do movimento — como o de classe, por exemplo, ou o de carências sociais, ou os fundados na cor e na etnicidade. Como a maioria dos pesquisadores das relações de gênero sabe, esta situação é a mais comum nos movimentos sociais que se compõem, inclusive majoritariamente, de mulheres — como é o caso dos chamados movimentos sociais urbanos. A questão aí é a seguinte: se a identidade dos sujeitos é constituída por uma ação coletiva significada, a cada enfrentamento, por eles mesmos em formas discursivas próprias, e se isso é o ponto de partida (continuadamente repostos) que fundou o seu caráter de "novos" movimentos sociais *assim aceitos* pela análise sociológica, respeitar esta identidade temporalizada é condição necessária para a compreensão dos movimentos. Terceiro, isto implica pôr em foco, centralmente, o olhar do pesquisador e sua decodificação do movimento, isto é, do modo como este elabora sua identidade. O pesquisador pode respeitar até o fim o discurso dos sujeitos e jamais destacar a heterogeneidade de sua composição interna — não apenas heterogeneidade de relações sociais mas também heterogeneidade do horizonte interpretativo virtual ou abertamente inscrita na própria trajetória do movimento. Neste caso, seu silêncio abrangerá tudo aquilo que não seja designado pelo discurso construído (necessariamente unívoco) do próprio movimento, inclusive o fato de que ele possa ser composto por mulheres. É claro que o pesquisador respeitou o discurso do próprio movimento sobre si mesmo, mas é claro também que decidiu lê-lo em bloco, sem explorar suas próprias fissuras — o que talvez se justifique pelo campo de questões onde a análise do movimento foi inserida. Por exemplo, o caso da leitura caracteristicamente latino-americana dos movimentos sociais urbanos já apontada por Evers (1984) — ou seja, a obsessão em colocá-los no campo

interpretativo de seu enfrentamento com o Estado — já pressupõe o agenciamento dos seus sujeitos no interior de suas carências e desposseções compartilhadas, sem se perguntar se estas carências podem ser vividas diferencialmente (inclusive no trajeto em que indivíduos se tornaram coletivos, ou seja, no trajeto de seu agenciamento) segundo o gênero ou a cor. O pesquisador pode, também, sair da platéia e entrar na peça através da questão específica do gênero: nesse caso, ele vê e escuta duplamente, para além do sentido e do espaço do discurso *dominante* do movimento, captando a multiplicidade dos sentidos: é o que fizeram Gitahi *et alii* (1982), Souza Lobo (1987), Galvez e Idaro (1987) para o movimento sindical; Caldeira (1987) e Blondet (1987) para os movimentos sociais urbanos; Feijó e Gogna (1987) para o movimento de direitos humanos; e Thompson (1983) para o movimento de desarmamento nuclear, em lugares tão diferentes quanto o são o Brasil, Chile, Argentina, Peru e Inglaterra.

De tudo isso é possível enunciar algumas questões para a articulação das categorias analíticas de gênero e de movimentos sociais, e destas com a própria atividade interpretativa das ciências sociais. Primeiro, que se os movimentos sociais são articulados por práticas discursivas de identidades específicas (que nomeiam seu campo de solidariedades e conflitos), vê-los e falar sobre eles significa respeitar seus trajetos próprios de formação de identidades e de atribuição de diferenças, o que implica dificuldades não só de unificá-los como objeto como também de lhes projetar características sempre presentes, em um mesmo lugar de relevância (cultural e política). A razão principal desta dificuldade é o modo como articulam a temporalidade, o discurso e a noção de sujeito: o que a emergência dos movimentos sociais nos faz compreender mais profundamente (a mim, pelo menos) é que as relações sociais podem estar todas, em sua diversidade, prefiguradas no mundo, mas são indissociáveis da capacidade de estarem significadas nas ações dos sujeitos. E isto quer dizer que as categorias que figuram as relações sociais — gênero, classe, idade, etnicidade, nacionalidade — "vêm à tona" no fluxo e no movimento da temporalidade, inscrita nos sujeitos e em sua ação⁴. Por isso nenhuma delas é, *a priori*, mais central que as outras quando se trata da constituição da ação e dos sujeitos. Se o gênero é, como propõe Scott, "um elemento constitutivo das relações sociais baseado em diferenças percebidas entre os sexos" e representa "um modo básico de significar relações de poder" (Scott, 1986, p. 1067), ele o é na medida em que um discurso o opera desta forma, no real e em sua interpretação, explicitando o que está apenas entrevisto. Segundo, é esta mesma temporalidade e sua relação com o modo como uma sociedade vive suas representações que permitem interpretá-los como "um novo modo de fazer política" ou uma "nova forma de relacionar o político e o social" (Paoli e Sader, 1986; Jelin e Calderón, 1987). Como presenças simultâneas no tempo de uma sociedade — portanto inacabadas, abertas à reconstituição de seu sentido, descontínuas —, os movimentos sociais apontam para novas formas de sociabilidade política onde, como aponta Telles em sua leitura de Arendt, diferentes modos de vida podem ser "desprivatizados e reconhecidos publicamente em sua legitimidade" através de linguagens polí-

(4) Estas reflexões se inspiram nos escritos de Merleau-Ponty, especialmente "A Temporalidade" (em *Fenomenologia da Percepção*), tal como trabalhados por Sérgio Cardoso, entre outros. Cf. Cardoso, S., "O Olhar dos Viajantes", in Adauto Novaes, org., *O Olhar*, Funaarte/Cia. das Letras, 1990.

ticas que articulam práticas individuais e coletivas em um *espaço comum de pertencimento*. Este não se reduz a demandas dirigidas ao Estado ou assistidas por ele, mas sim constitui representações construídas de legitimidade operantes em um espaço público pouco fixo (Telles, 1990). Assim como a presença do significado das relações de gênero teve sua origem quando elaborado para além de evidências cristalizadas nas ciências sociais e nos discursos políticos, afirmá-las ainda significa transpor constantemente os limites de um mundo fixado hierarquicamente, abrindo passagens e dimensões insuspeitadas. É esta sua vitalidade e seu território, tanto nas ciências sociais em movimento quanto nos movimentos sociais interpretados.

Maria Celia Paoli é professora do Departamento de Sociologia da FFLCH da USP.

Novos Estudos

CEBRAP

Nº 31, outubro 1991

pp. 107-120

RESUMO

Este artigo procura problematizar a abordagem das relações de gênero nas análises dos movimentos sociais contemporâneos, especialmente naquelas que buscam interpretar tais movimentos como constituindo uma matriz única de um novo tipo de ação coletiva. Buscando tornar-se um modelo analítico e explicativo da ação, a noção de movimentos sociais tende a dissolver as identidades e práticas de gênero (como as de cor, de etnicidade, de carências sociais e outras), dissolvendo portanto aquilo que, no próprio modelo, caracteriza os movimentos sociais: o sentido de cada prática coletiva ancorado na enunciação dos próprios sujeitos. O artigo sugere que não só há várias incompatibilidades entre estas duas abordagens, como também que dificilmente as práticas simbólicas diversas podem ser descontextualizadas para agregarem-se em uma categoria unificada de interpretação. Sugere, além disso, outra perspectiva de análise que enfrente as diferenças simbólicas sem reduzi-las a um termo único.